

CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Histórica por dois motivos - Primeiro pelo fato de ser o primeiro homem de cada espécie a trabalhar para a realização do seu nicho
Gestão do Trabalho / So. Jus
Hoje, dia 31 de março de 2017, é uma data histórica para a Justiça do Trabalho. *

So. Jus Esta data marca o início de uma campanha nacional e permanente em prol da valorização do Poder Judiciário Trabalhista.

A idéia foi germinada no seio do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT's - Coleprecot, e logo ganhou pronta adesão e empenho de todos os Regionais Trabalhistas.

Seu objetivo é mostrar para a sociedade a importância que a Justiça do Trabalho representa em nosso país e em outras nações desenvolvidas, que adotaram a mesma estrutura de defesa dos direitos sociais dos trabalhadores.

Creio que a presente campanha de valorização da Justiça do Trabalho deve abarcar duas vertentes distintas. *2*

A primeira vertente consiste em levar ao conhecimento do povo mais humilde, ou mesmo até para pessoas mais esclarecidas, que a Justiça do Trabalho não se confunde com outros órgãos afins. *A*

É muito comum escutarmos que Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho seriam a mesma coisa.

Muitos trabalhadores dizem que foram dispensados pelo patrão, mas que irão perseguir seus direitos no Ministério do Trabalho.

Penso que um trabalho sério de conscientização de uma parte menos esclarecida da população brasileira, do que representa a Justiça do Trabalho em nosso país e de seu relevante papel, para a defesa dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, poderia, sim, lograr a melhoria de sua imagem país a fora, além de ser um fator de agregação de forças que podem lutar pela defesa de sua perenidade como verdadeiro patrimônio indisponível do povo brasileiro.

Muita coisa pode ser feita, no intuito de melhor esclarecer a população sobre a verdadeira missão constitucionalmente delegada à Justiça do Trabalho pelo legislador constituinte.

Nesta vertente, poderíamos elaborar cartilhas de esclarecimento sobre o verdadeiro papel da Justiça do Trabalho e distribuí-las para a população em geral e até mesmo nas escolas privadas e públicas, com o objetivo de esclarecer aos alunos, desde os primórdios de sua escolaridade, sobre a importância da Justiça do Trabalho no Brasil.

Além dessa vertente, temos também que divulgar a importância da Justiça do Trabalho em nosso país, com o objetivo de repelir os ataques diários que têm sido feitos contra a sua imagem.

No ano de 2015, ao ser votado o orçamento geral da União para o ano vindouro de 2016, a Justiça do Trabalho foi vítima de ataques por parte de parlamentares que atuaram na votação do orçamento.

Sob a falsa alegação de que a Justiça do Trabalho é paternalista e atentatória aos interesses gerais do patronato, houve um corte orçamentário absurdo de 90% no seu investimento e de 40% no seu custeio.

Um golpe demasiadamente cruel, que quase leva a Justiça do Trabalho a ter que fechar suas portas por faltas de recursos mínimos que lhe possibilitassem cumprir sua missão institucional.

A duras penas e graças a sérios contingenciamentos de despesas, conseguimos equilibrar nosso parco orçamento e chegar com vida ao ano de 2017.

Uma ampla campanha de valorização da Justiça do Trabalho, e de seu papel fundamental para o Estado Democrático de Direito, foi feita junto ao Congresso Nacional, principalmente para sensibilizar os parlamentares que estavam encarregados da elaboração do orçamento de 2017.

Não conseguimos repor tudo o que tínhamos direito, mas já foi uma grande conquista ter elevado nossa verba orçamentária a patamares mais condignos, possibilitando-nos assim ir recompondo paulatinamente os nossos quadros de servidores efetivos e terceirizados.

Passado o susto do golpe orçamentário, novas investidas contra a Justiça do Trabalho são feitas novamente, no decorrer do ano em curso.

O ataque vem não só de parte do empresariado e de instituições que o representam, como também passou ao vazo da repetição no seio do congresso nacional, felizmente por parte de uma pequena parcela de parlamentares.

Um deles, talvez sem consciência do poder de formação de idéias de seus pronunciamentos, máxime em função do elevado cargo que desfruta no seio dos poderes da República, acabou apregoando que a Justiça do Trabalho nem deveria existir.

B

Não se sabe se tudo foi feito de modo orquestrado, como forma de intimidar a Justiça Obreira e contê-la em seus ataques aos projetos de lei do Governo Federal, que objetivam claramente introduzir no país um sistema jurídico trabalhista de alto viés precarizante, tal era, como ainda é, o propósito governamental de aniquilar direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, ou se a insídia teria mesmo o propósito de deturpar a nossa imagem, ainda que sem qualquer fundamento consistente que pudesse amparar tal investida.

A extinção da Justiça do Trabalho representaria a derrocada de todo um árduo processo histórico de construção de um mundo do trabalho digno e decente para o trabalhador, pois, a prevalecer irrestritamente a voz do patronato, certamente retornaríamos para os sombrios tempos da escravidão humana degradante, como a vivenciada nos primórdios da revolução industrial.

Não queremos mais a espoliação sem limites da força de trabalho do operariado, nem a exploração odiosa das meias forças de trabalho e nem revivenciar o alarmante quadro estatístico que nos foi retratado por Villarmé, ao expor a olhos nus, a triste miséria dos trabalhadores em nações onde o Estado se fazia ausente e deixava que o mercado de trabalho fosse regulado pelas suas próprias leis.

Também não podemos, igualmente, ignorar que nosso país atravessa grave crise econômica, com acentuada retração do mercado consumidor, o que tem levado à bancarrota milhares de empresas, dos mais variados portes, agravando assim o desemprego estrutural, orçado, nos dias atuais, em mais de 14 milhões de desempregados.

Não podemos nos opor a uma reforma trabalhista que possa ter o condão de recolocar nossa economia nos trilhos, aquecendo-a, e com isso gerando mais empregos e bem-estar para todos.

A reforma trabalhista, todavia, tem que ser feita de forma consciente, preservando a dignidade da pessoa humana do trabalhador, não se admitindo retrocessos que possam comprometer sua sadia qualidade de vida e o respeito intocável do mínimo ético social.

O que precisamos é de um convívio mais harmônico entre o capital e o trabalho, de forma que, através de seu suor, o trabalhador alcance condições dignas de existência e o patronato logre, igualmente, o esperado lucro de seu empreendedorismo.

Qualquer descompasso nessa equação submete um ao jugo do outro, ou seja, ou os direitos sociais representam tal peso que comprometam a manutenção das empresas, ou o lucro exagerado dessas últimas façam retornar o trabalhador a condições degradantes de emprego, quadro típico de um capitalismo selvagem e sem peias.

Não queremos nem um nem outro.

O que desejamos é um país onde o capital conviva harmonicamente com o trabalho, ensejando prosperidade recíproca, tudo em uma ambiência de elevado respeito aos direitos humanos e ao livre empreendedorismo.

A Justiça do Trabalho foi idealizada e criada para manter o equilíbrio dessa equação.

Por este motivo, iniciamos hoje esta campanha de valorização da Justiça do Trabalho, porque o que ela realmente deseja é a existência de um mundo melhor, não só para os trabalhadores, mas, igualmente, para o patronato.

E tudo dentro de um ambiente de profundo e recíproco respeito.

E, finalmente, nesta data histórica, que consagra uma campanha permanente em defesa da valorização da Justiça do Trabalho, mostra-se propício recordar a letra do "Hino da Justiça do Trabalho", composto pelo desembargador Vicente José Malheiros da Fonseca.

Esse hino retrata com fidelidade o que é a Justiça do Trabalho e o que ela realmente persegue no mundo conturbado do dia a dia.

Eis a letra:

"Sempre em busca de um grande ideal,
No caminho do justo e da lei,
Seja a meta atingir, afinal,
Tudo aquilo que um dia sonhei,
Salve ó Deusa de nossa esperança,
Apanágio do trabalhador,
Quem confia em ti não se cansa,
Vê na paz toda a chama do amor
Cantemos em homenagem
Mantendo a nossa imagem
Na voz desta canção,
Em forma de oração.
Justiça da equidade
É a tua identidade.

Louvemos nossa Justiça,
A Justiça do Trabalho.
Pela paz social esta é a nossa missão
Dá ao povo o que é seu,
Na conciliação
Na sentença final."

Muito obrigado.